



Gabriel Luís da **CONCEIÇÃO**,
IF Sudeste MG / GHEMAT Brasil¹

Francisca Janice dos Santos
FORTALEZA,
SEMED Maracanã-PA / GHEMAT
Brasil²

Processos para caracterização de *experts* em Educação Matemática: caminhando com Abílio César Borges e Silveira da Mota

*Processes for characterizing experts in
mathematics education: walking with Abílio
César Borges and Silveira da Mota*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar contribuições para o processo de caracterização de *experts* em educação matemática. Investigar essa dinâmica leva-nos a analisar as referências, os documentos constituídos e os saberes produzidos. O período do estudo compreendeu os anos de 1850 a 1880. O texto analisou dois personagens, Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Abílio César Borges, assim, as fontes para a pesquisa levaram em consideração a documentação oficial e as produções de cada personagem. A questão que norteou as análises foi: quais processos podem ser considerados para caracterizar Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Abílio César Borges como *experts* em educação matemática? Inferiu-se que o processo pelo qual precisamos passar para caracterizar *experts*, em particular em educação matemática, deve considerar como indispensável o movimento de produção em serviço do Estado, e os saberes gerados desta produção, seja para o ensino ou para formação de professores. Destaca-se ainda, que não necessariamente a *expertise* dos personagens deste tempo era constituída no âmbito da cultura escolar, como acontece em tempos mais recentes.

Palavras-chaves: *Expert*, Expertise, Século XIX, Educação Matemática.

ABSTRACT

The aim of article is to present contributions to the process of characterizing experts in mathematics education. Investigating this dynamic leads us to analyze the references, the constituted documents and the produced knowledge. The study period comprised the years 1850 to 1880. The text analyzed two characters, Joaquim Ignácio Silveira da Mota and Abílio César Borges, thus, the sources for the research took into account the official documentation and the productions of each character. The question that guided the analyzes was: what processes can be considered to characterize Joaquim Ignácio Silveira da Mota and Abílio César Borges as experts in mathematics education? It was inferred that the process through which we need to go through to characterize experts, particularly in mathematics education, must consider as indispensable the movement of production in service of the State, and the knowledge generated from this production, whether for teaching or for teacher training. It is also noteworthy that the expertise of the characters of this time was not necessarily constituted within the scope of school culture, as it happens in more recent times.

Keywords: Expert, Expertise, 19th Century, Mathematics Education.

¹Doutor em Ciências (Ensino) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestre em Educação Matemática pela Universidade de Vassouras. Membro associado ao GHEMAT Brasil (www.ghemat-brasil.com.br). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) – Campus Santos Dumont.

²Doutora e Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas, área de concentração: Educação Matemática, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro associada ao GHEMAT Brasil (www.ghemat-brasil.com.br). Professora de Matemática da Secretaria Municipal de Educação de Maracanã - PA.

Correspondência:

gabriel.conceicao@ifsudestemg.edu.br
janice-fortaleza@hotmail.com

Recebido em 01/12/2022
Aprovado em 13/03/2023



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao pensarmos em caracterizar os processos e dinâmicas de produção curricular, em particular de matemática, de certo período, entendemos que um caminho oportuno a seguir é acompanhar os *experts* em educação matemática dessa época, como aponta Valente (2021), haja vista que eles, a serviço do Estado, são responsáveis por tal produção, e acompanhá-los nos permite compreender os meandros dessa produção, os elementos geradores das tensões que contribuem para que novos saberes sejam elaborados para o ensino e a formação de professores em um determinado contexto espaço-temporal.

Assim, tendo conhecimento acerca da produção publicada no *Dicionário dos Experts* (Valente, 2021) é natural recorrermos a ele como base empírica para a caracterização dos processos e dinâmicas mencionados. No entanto, ao observarmos os verbetes publicados no referido *Dicionário*, percebemos que, embora alguns personagens caracterizados como *experts* tenham desenvolvido sua *expertise* no período compreendido entre 1850 e 1880, nenhum deles teve produção curricular publicada nesta época. Então, fez-se necessária a busca pela caracterização de *experts* para, então, tratarmos das dinâmicas dessa produção. Tornou-se, desse modo, necessário estabelecer outras estratégias de investigação, que primeiro nos exige a caracterização de *experts* em educação matemática desse período.

Essa demanda nos levou a pesquisar personagens que, inicialmente, pudéssemos considerar como pretensos *experts* em educação matemática, para que pudéssemos, então, debruçar-nos na caracterização destes como tal, ou não. Em caso afirmativo, poderemos ter nos processos de caracterização desses *experts* um caminho

para compreendermos as dinâmicas de produção curricular daquele período.

Tendo em vista esse objetivo, ou seja, caracterizar *experts* em educação matemática para entendermos os processos e dinâmicas de produção curricular para o ensino e a formação de professores que ensinaram matemática entre 1850 e 1880, consideramos dois personagens que tiveram produções curriculares publicadas nesse período. São eles: Abílio César Borges e Joaquim Ignácio Silveira da Mota.

Primeiro, precisamos responder: Quais processos podem ser considerados para caracterizar esses personagens como *experts* em educação matemática? Em seguida, dada tal caracterização, serão necessários encaminhamentos que nos permitam entender como os elementos desse processo de caracterização colaboram para a compreensão dos processos e dinâmicas de produção curricular mencionados.

PROCESSOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE *EXPERTS* (1850-1880)

Entendemos como *experts* em educação matemática aqueles sujeitos que por sua *expertise* foram convocados a resolver problemas demandados pelo Estado. Assim, ele é

um personagem, ou um grupo de pessoas que recebem atribuições das autoridades de ensino de modo a assessorá-las, com a produção de saberes que embasem uma decisão oficial, na resolução de um problema prático (Valente, 2021, p. 4).

Ou seja, neste movimento de gerar respostas à convocatória, promovem e dinamizam produções diversas, sejam livros, manuais, relatórios, programas de ensino, materiais didáticos, artigos em periódicos



pedagógicos, etc, culminando na elaboração de novos saberes, seja no ensino de Matemática seja na formação de Professores que ensinam Matemática.

Tendo em vista os elementos identificadores de um *expert* em educação matemática (Morais & Valente 2020; Valente, 2021; Conceição, 2022) e tomando como marco temporal (1850-1880), o primeiro movimento que realizamos nesse processo de caracterização foi o de buscar em diferentes repositórios institucionais, nos setores de obras raras, por produções curriculares que concebiam novas formas de pensar matemática para o ensino e formação de professores do período em estudo.

Essa estratégia primeira deu-se na expectativa de tais produções estarem assinadas por personagens que as tivessem elaborado a serviço do Estado. Então, dedicá-nos-íamos a seguir tal personagem em uma retrospectiva em que fosse possível evidenciá-lo como *expert*, indicando o contexto de necessidade de mudança curricular que o levou a ser convocado para a elaboração dessa produção curricular, como se deu a convocação pelo Estado e o processo de confecção dessa documentação.

Porém, ao visitarmos estes espaços, bem como repositórios institucionais e bibliotecas digitais, conseguimos apenas identificar menções a reformas de ensino que listavam o conjunto de rubricas que deveriam compor a formação de professores ou o ensino, assinados pelas próprias autoridades estatais da época, tal como o decreto n. 630, de 17 de setembro de 1851, que autorizava o “Governo para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côrte”, cujo artigo 1º indica como 6ª disposição a ser seguida a lista das matérias a serem abrangidas pela instrução primária. Outro exemplo, nesse sentido, também pôde ser observado décadas mais adiante, como na Lei n. 776 de 21 de maio de 1875, que reformou a instrução primária da província de Santa Catarina.

Esse movimento de busca por *experts* em educação matemática nos levou a identificar somente menções a reformas curriculares e listagem de matérias a serem ensinadas presentes em falas ou mensagens governamentais, relatórios sobre a instrução pública dirigidos a presidentes de província, que não apresentavam detalhes acerca do que ensinar em cada rubrica ou como fazê-lo. Seria essa a característica da produção curricular daquela época - 1850 a 1880?

Destaca-se que o século XIX no Brasil tratou-se de um tempo histórico marcado por acontecimentos políticos que influenciaram significativamente o campo educacional; como a chegada da corte Portuguesa, passando pela Independência, primeiro e segundo Reinado e a Proclamação da República. O período dos anos 1800 é chamado por Saviani (2006) como o “breve século XIX”. Segundo o autor, este tempo diz respeito às “primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias” (Saviani, 2008, p. 150). Tratava-se de um tempo de tentativas de organização e institucionalização da escola (Villela, 2000), o que converge com a nossa hipótese inicial de que também a produção curricular deste tempo estava em fase de organização e assim não haveria, a priori, uma preocupação em detalhar informações nos documentos, mas sim, organizá-los em busca de uma institucionalização da educação pública.

Diante disso, optou-se, de outro modo, por fazer uma busca em pesquisas da história da educação por possíveis *experts* ou produções curriculares que foram publicadas entre 1850 e 1880, como no *Dicionário bibliográfico brasileiro* (Blake, 1883) e o *Diccionario bibliographico portuguez* (1867). Esta busca nos revelou nomes, como Abílio César Borges e Joaquim Ignácio Silveira da Mota, os quais se destacaram no cenário educacional do seu tempo, apresentando, a partir de meios oficiais/governamentais,



propostas educacionais que atendessem às demandas de sua época, as quais perpassaram pela organização de matérias escolares na composição do que deveria ser ensinado.

Esperamos distinguir esses personagens como *experts* em educação matemática, cuja trajetória na constituição e no exercício de sua *expertise* pretendemos seguir em busca da caracterização de dinâmicas de produção curricular próprios do período mencionado.

SILVEIRA DA MOTA

O que nos indiciou Joaquim Ignácio Silveira da Mota como um *expert* em educação matemática?

A leitura de pesquisas relacionadas à história da educação - Anjos e Barbosa (2013), França (2014), Santi (2017), Santi e Castanha (2016; 2017; 2018), as quais tratam da instrução pública na província do Paraná no período entre 1850 e 1884, permitiu-nos dimensionar a atuação de Silveira da Mota na instrução pública paranaense como de notória relevância, sobretudo pela sua nomeação e atuação como Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná.

Silveira da Mota foi nomeado para ocupar esse cargo em 1856 pelo então presidente da referida província, Vicente Pires da Motta, como consta no periódico paranaense *Dezenove de Dezembro*, veículo de comunicação que funcionou como Diário Oficial mediante a subvenção do governo, conforme aponta Vezzani (2018).

Na condição de Inspetor Geral da Instrução Pública, Silveira da Mota propôs e os presidentes da província avalizaram modificações para a instrução pública, tal como o Regulamento de Ordem Geral para as Escolas Primárias, de 08 de abril de 1857, no qual há discriminação das matérias a serem ensinadas nessa etapa escolar.

Quais atuações de Silveira da Mota podem ter levado a sua convocação para ocupar esse cargo? De outro modo, em que área estava pautada a *expertise* que Silveira da

Mota desempenhava para ser nomeado para essa função na instrução pública?

Ao pesquisarmos as menções a Silveira da Mota no *Dezenove de Dezembro* anteriores à sua nomeação para atuar como Inspetor Geral da Instrução Pública, percebemos que ele desempenhou atividades em diferentes frentes de atuação. Por exemplo, na coluna Tribunal dos Jurados de Castro em fevereiro de 1855 é citada sua nomeação para defender duas rés em um julgamento; em setembro do mesmo ano, divulga-se sua primeira reeleição para deputado como sexto mais bem votado; em novembro é anunciado que o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota elaborou uma exposição acerca do estado sanitário da Vila do Castro, tendo em vista evitar os efeitos da contaminação por cólera; em março de 1856 anuncia-se sua eleição enquanto integrante da comissão permanente da Fazenda.

A trajetória de Silveira da Mota traçada por Santi (2017) evidencia essas atuações. Novamente focando nas ações anteriores a sua nomeação para Inspetor Geral da Instrução Pública, destacamos sua atuação como médico na província do Paraná a partir de 1842 e como primeiro médico de Curitiba nesse mesmo ano; como diretor municipal do Censo de Curitiba; delegado de Curitiba e deputado de São Paulo.

Assim, notamos a atuação de Silveira da Mota em diversas áreas, denotando como importante personagem do cenário político, sanitário e jurídico paranaense da época. No entanto, de acordo com o que pudemos observar, Silveira da Mota não possuía uma *expertise* relacionada à área da educação, não tinha experiência na área da docência ou em outras a esta atrelada. Parece-nos que, à época, a nomeação para este cargo não demandava uma *expertise* relacionada diretamente aos assuntos pedagógicos, próprios do exercício docente.

Ao observarmos relatórios de presidentes e vice-presidentes da província do Paraná do período em que Silveira da Mota foi inspetor geral da instrução pública, percebemos que esse personagem era muito reconhecido por sua inteligência e atuações. No seu relatório de 07 de janeiro de 1857, Vaz



de Carvalhaes, então vice-presidente da província, ao se referir ao relatório da instrução pública elaborado por Silveira da Mota, adjetiva esse trabalho de belo e diz que sua leitura “foi suficiente para reforçar seu entendimento que Silveira da Mota tinha um espírito enciclopédico, “sempre distinguido nos mais variados ramos de conhecimentos, a que tem aplicado sua vigorosa inteligência” (Paraná, 1857a, p. 67).

Em relatório posterior, do mesmo ano, Vaz de Carvalhaes retorna a elogiar o trabalho de Silveira da Mota enquanto inspetor geral da instrução pública, destacando “que se lhe deve, por distinção, ceder o lugar” (Paraná, 1857b, p. 38) e pede permissão ao elaborador do relatório da instrução pública para reproduzi-lo na íntegra no seu relatório governamental, destacando tal reprodução como luminosa, sendo “o mais importante capítulo desta minha exposição” (Paraná, 1857b, p. 39).

Conforme Santi e Castanha (2018, p. 5), esses relatórios acerca da instrução pública expunham “considerações sobre como se encontrava o ensino e também sugestões para o melhoramento da instrução baseadas na realidade escolar”, como pudemos constatar, em particular, no relatório de Silveira da Mota de 1857. Entre tais “melhoramentos estão a exigência que os professores públicos primários realizassem provas de capacidade para que o Estado avaliasse sua qualificação, tendendo a dispensar quem julgassem em más condições, e a uniformização do método de ensino (Paraná, 1857b). Também, as sugestões apresentadas pelo inspetor, após análise dos presidentes, “muitas vezes transformavam-se em leis, decretos, regulamentos, instruções que iam modificando a educação (Santi & Castanha, 2018, p. 5).

Como consta no anúncio do Regulamento de Ordem Geral para as Escolas Primárias, de 08 de abril de 1857, o vice-presidente da província, Vaz de Carvalhaes “manda que se observe o seguinte **regulamento proposto pelo inspetor geral** da instrução pública da província” (Miguel & Martin, grifo nosso, 2004, p. 53).

Portanto, constatamos que, embora a publicação do Regulamento fosse realizada pelo vice-presidente da província, estava claro que havia sido uma elaboração do inspetor geral da instrução pública, Silveira da Mota, serviço inerente ao seu cargo.

Logo no Capítulo I do referido Regulamento, fica evidente a preocupação de Silveira da Mota com a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária, que se assegurassem meios para que todos tivessem acesso à escolarização. Como já apontam Santi e Castanha (2018, p. 6), “em seus textos e discursos era um entusiasta da causa educacional”. Conforme os autores, de um lado Silveira da Mota agia em busca de convencer seus, por vezes colegas, “deputados, autoridades, professores e pais de que a educação era importante para o desenvolvimento econômico e social”, ao passo que era responsável pela elaboração de leis e regulamentos que impunham “aos professores uma ação docente de qualidade e aos pais, a obrigatoriedade do ensino a seus filhos” (Santi & Castanha, 2018, p. 6).

Essas preocupações de Silveira da Mota podem ser lidas no Regulamento de 08 de abril de 1857. Desde o artigo primeiro já se destaca que a Província do Paraná ofertará o ensino primário em escolas públicas e gratuitas para todos. No artigo 34 fala-se sobre a obrigatoriedade de pais e responsáveis mandarem as crianças maiores de sete anos para a escola.

Em se tratando das matérias escolares a comporem a instrução primária, são distribuídas pelo Regulamento entre escolas de primeira ordem e segunda ordem e conforme o sexo. No que se refere à matemática que deveria compor essa instrução, as primeiras deveriam compreender o ensino de “[...] noções gerais de geometria, teoria e prática da aritmética até regra de três, sistema de pesos e medidas do império”, para o sexo masculino, e para o sexo feminino “são as mesmas matérias [...] limitado à aritmética, ao ensino das quatro operações de números inteiros (Miguel & Martin, 2004, p. 53). Para as escolas de segunda ordem não há menção ao acréscimo



de matemáticas na composição das matérias escolares.

Comparando essas matérias elencadas no Regulamento de 08 de abril de 1857 com aquelas estabelecidas pela Lei n. 34, de 16 de março de 1846, quando a Província do Paraná ainda pertencia à Província de São Paulo (São Paulo, 1846), percebemos que em relação a matemática proposta para escola primária houveram poucas alterações em relação ao conteúdo proposto. As que podemos observar, para o sexo masculino, são a limitação da aritmética, que passou de proporções para até regra de três, e as noções gerais de geometria, que deixaram de ter a descrição de prática.

Já para o sexo feminino, a aritmética se manteve a mesma, mas no regulamento de 1857 não há menção sobre a exclusão da geometria do programa feminino, como em 1846.

Desse modo, ao que parece, a reestruturação da instrução primária proposta por Silveira da Mota pautava-se principalmente na gratuidade e obrigatoriedade de tal nível de escolarização, de modo a assegurar o acesso a um conjunto de matérias específicas ao maior número possível de crianças, colaborando para o desenvolvimento social e econômico, cuja contribuição matemática limitava-se à aritmética e à geometria, as quais mostravam-se, pela forma como estão postas na legislação, como restritamente ligadas ao como disciplinar matemático, evidenciando que à época ainda não havia, ou pelo menos não eram amplas, discussões sobre uma matemática própria da cultura escolar, ainda estava se constituindo uma cultura escolar primária.

ABÍLIO CÉSAR BORGES

Como Abílio César Borges (1824-1891) surgiu como potencial *expert* em nossas investigações?

Conhecido como Barão de Macahubas, ganhou visibilidade na educação nacional pela sua atuação enquanto diretor de escolas,

educador, autor de livros e cartilhas escolares na segunda metade do século XIX. Realizou diversas viagens para Europa a fim de apropriar-se de modelos educacionais e pedagógicos e dedicou-se a publicizar os registros de viagem. A História da Educação vem ao longo do tempo investigando este personagem bem como as suas produções no âmbito da educação brasileira, destacam-se os trabalhos de Azevedo et al. (2021), Valdez (2006), Saviani (2000) e de Teixeira (1952).

Abílio nasceu em 9 de setembro de 1824, na Vila do Rio de Contas, província da Bahia. Aos quatorze anos, mudou-se para Salvador para realizar o curso preparatório no Colégio Conceição (Valdez, 2006).

Em Salvador, cursou humanidades e ingressou na faculdade de medicina da Academia Médica da Bahia. Em 1846, foi para o Rio de Janeiro e, em 20 de dezembro de 1847, graduou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Blake, 1883). Após concluir o curso de Medicina, retornou à Bahia, para exercer a profissão. Segundo Valdez (2006), de 1847 a 1855, atuou na cidade de Barra do Rio Grande, no vale de São Francisco, como clínico e cirurgião chefe de um hospital de caridade. Casou-se com Francisca Antônia Wanderley no ano de 1850, com quem tem seis filhos. Neste período, inseriu-se na vida política, elegendo-se vereador (Azevedo et al., 2021).

Iniciou sua atuação no campo educacional aos dezoito anos quando exerceu o magistério no colégio Conceição, em Salvador, por cinco anos (Borges, 1866).

Foi Diretor Geral dos Estudos da Bahia pelo período de dois anos, encerrou estas atividades em 1858, no mesmo ano fundou o Ginásio Bahiano, “com o intuito de pôr por obra as suas idéas de progresso e reforma na instrução publica e methods de ensino” (Diccionario Bibliographico Portuguez, 1867). Nesse colégio, estudaram importantes personalidades do século XIX como Rui Barbosa e Castro Alves. Abílio Borges fundou também o Colégio Abílio da Corte, em 1871, e o Colégio Abílio de Barbacena, Minas Gerais, em 1881.

A produção de Abílio Borges é composta



por seus discursos transformados em livros e destinados a estudantes e professores do ensino primário e secundário, tais como: Coleção de Discursos proferidos no Ginásio Baiano (1866), Vinte anos de propaganda contra o uso da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1875); Dissertação lida no Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires, em 2 de maio (1882); A Lei Nova do Ensino Infantil (1884); além de uma coleção de livros de leitura que publicou de 1866 a 1888. Realizou três viagens para Europa, em 1866, 1870 e 1879, com destino a Inglaterra, Itália, França e Bélgica (Azevedo et al., 2021). É relevante lembrar que, no século XIX, “a busca por estas novas formas de ensinar e aprender dava-se de diversas maneiras e uma delas tratava-se de missões pedagógicas ao exterior”. (Conceição, 2020)

Na sua trajetória, Abílio ainda recusou o convite do Imperador para assumir a reitoria do Colégio Pedro II, no entanto atendeu a indicação para abrir um colégio na corte, em 1871. Além disso, D. Pedro II o indicou para integrar o Conselho de Instrução Pública da Corte, no qual permaneceu de 1872 a 1877 (Saviani, 2000).

Abílio Borges, teve uma destacada atuação no campo educacional da sua época, inseriu-se em instituições, fundou outras, escreveu livros, donde destacamos a obra *Desenho linear ou elementos de geometria pratica*. Esta obra teve primeira edição em 1876, uma das primeiras obras brasileiras (Leme da Silva, 2019) e foi publicada até a década de 1960, chegando a alcançar sua 42ª edição (Pfromm Neto, 1974). Valente (2012) e Leme da Silva (2017; 2019) analisaram a obra e inferiram que esta produção de Abílio, em muitas unidades da federação tratava-se da própria concepção do currículo, ela sedimentou a organização de uma geometria para a escola de primeiras letras, caracterizou uma geometria para o período.

Outras produções inventariadas do autor ainda precisam ser analisadas para que possamos compreender toda as suas contribuições ao ensino e a formação de professores de Matemática, aqui nosso intuito

foi trazer à tona a figura do personagem enquanto *expert*. É impreterível que toda sua produção curricular seja estudada com profundidade, em termos de se compreender os saberes que podem ser dali emanados.

É certo que, Abílio, nas respostas aos chamamentos do Estado divulgou as suas ideias país afora, essas desenvolvidas a partir das diversas apropriações, seja da leitura de obras, das experiências de suas viagens pedagógicas, dos relatórios e documentos por ele produzidos. Evidencia-se ainda a sua atuação política, reconhecimento social enquanto educador, o que fez, por exemplo, com que fosse escolhido pelo Império Brasileiro para ser o seu representante como delegado no Congresso Pedagógico de 1882, importante espaço internacional de debates de ideias pedagógicas.

Assim, no contexto educacional do século XIX, encontramos destacada a figura de Abílio César Borges. Anísio Teixeira (1952) afirma que

[...] nada faltou a Abílio César Borges para se fazer o líder educacional de um jovem país, nesses meados promissores do século dezenove. Detinha, com efeito, como se suas fôssem, tôdas as grandes idéias da educação do seu tempo e alimentava tôdas as ambiciosas aspirações que, então, medravam no espírito dos homens em relação às possibilidades entre-sonhadas da educação, humanizada nos seus métodos, enriquecida no seu conteúdo, pela expansão da ciência e, afinal, estendida a todos (Teixeira, 1952, s.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais processos podem ser considerados para caracterizar Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Abílio César Borges como *experts* em educação matemática? Responder a tal questionamento também nos ajuda a compreender como se dava a constituição de *experts* em educação matemática do período em que tais personagens estavam inseridos.



A escrita deste artigo nos leva a reafirmar que o processo pelo qual precisamos passar para caracterizar *experts*, em particular em educação matemática, deve considerar como indispensável que o personagem tenha elaborado alguma produção curricular em serviço do Estado, para atender demandas educacionais de determinada época. No entanto, para se chegar a essa produção se faz necessário compreender o processo de constituição da *expertise* dessas pessoas, ou seja, o que as tenha habilitado para serem convocadas pelo Estado para realizar essa tarefa.

Essa produção curricular, a *expertise* reconhecida pelo Estado e a forma como se dá essa convocatória é o que parece variar de acordo com diferentes períodos históricos.

Ao que pudemos apurar, no contexto de Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Abílio César Borges essa produção curricular estava inserida em regulamentos da instrução pública e estava reduzida a listar as matérias que deveriam compor o ensino primário, em particular. A produção de livros, como no caso de Abílio Borges, também caracterizou a forma de circulação desta produção curricular, com a chancela do Estado, que os inseria no contexto educacional.

A produção resultante do trabalho desses personagens costumava ser um trabalho inerente ao cargo público por eles assumido no âmbito da instrução pública. Portanto, ao que parece, não havia uma convocatória específica de personagens para a elaboração de propostas curriculares que atendessem a determinada demanda educacional, que possuísem uma *expertise* constituída no âmbito da cultura escolar, como professores ou formadores de professores como aconteceu em tempos mais recentes, como por exemplo, na elaboração do Parâmetros Curriculares de Matemática.

Para ocupar cargos no âmbito educacional que tinham como função elaborar propostas curriculares para o ensino

primário, o Estado nomeava personagens, nos casos de Silveira da Mota e Abílio Borges, cuja *expertise* estava relacionada a áreas tidas como de destaque, de relevância social, a exemplo da medicina, e que tivessem atuação no meio político, Silveira da Mota foi deputado e Abílio Borges vereador.

REFERÊNCIAS

- Anjos, J. J. T. & Barbosa, E. B. L. (2013) A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856-1857). *Revista de História Regional*, 18(1), 152-177.
- Borges, A. C. (2013). *Desenho Linear ou elementos de geometria pratica popular*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Blake, A. V. A. S. (1883). *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126126>
- Conceição, G. L. (2022). Que Geometria “para” ensinar? Apropriações de Experts em missão de estudos pedagógicos na Europa, final do século XIX. *Acta Scientiae* (Canoas), 24(1), 92-116. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/6412>.
- Conceição, G. L. (2020). Da régua e compasso ao “daprès nature”: um novo desenho para ensinar, final do século XIX. *Caminhos da Educação Matemática em Revista*, 10(3). https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/caminhos_da_educacao_matematica/articulo/view/720.

- Dicionario Bibliographico Portuguez.* (1867). Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo oitavo. Lisboa, Imprensa Nacional.
- França, F. F. (2014). *A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do Paraná (1857-1884)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Leme da Silva, M. C. (2019). Práticas de medir e formação de professores: reflexões sobre o passado. *Revista Cocar*, 6, 95-117.
- Leme da Silva, M. C. (2018). Práticas de desenho e saberes geométricos nos manuais escolares do século XIX. *Pró-Posições*, 29(2).
- Morais, R. S & Valente, W. R. (2020). Os Experts e o Saber Profissional do professor que Ensina Matemática. *Ciência & Educação* (Bauru), 26. <https://doi.org/10.1590/1516-731320200029>.
- Miguel, M. E. B. & Martin, S. D. (Org.). (2004). *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/museudaescola/coletanea_miguel.pdf.
- Paraná. (1857a). Relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense. https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1857_vice-presidente_jose_antonio_vaz_de_carvalhaes_2_0.pdf.
- Paraná. (1857b). Relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense. https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1857_vice-presidente_jose_antonio_vaz_de_carvalhaes_0.pdf.
- Pfromm Neto, S. (1974). *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primos/INL.
- Santi, D. N. (2017). *Instrução pública na Província do Paraná (1854-1871): a atuação e o legado do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.
- Santi, D. N. & Castanha, A. P. (2016). A educação em meio às relações de poder na província do Paraná: o papel intermediário exercido pelos inspetores de ensino entre 1854 a 1871. IN: REUNIÃO REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba. *Anais eletrônicos [...]*. Curitiba, 01-16. http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1_DENIZE-NAIARA-SANTI-ANDR%C3%89-PAULO-CASTANHA.pdf.
- Santi, D. N. & Castanha, A. P. (2019). A atuação de Joaquim Ignácio Silveira da Mota na organização da instrução pública paranaense entre as décadas de 1850-1860. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18.
- Santi, D. N. & Castanha, A. P. (2017) A instrução pública na Província do Paraná-1854-1859: reflexões a partir dos

- partícipes do processo. *Revista Historiador*, 9.
- Saviani, D. (2000). Um barão brasileiro no Congresso internacional de Buenos Aires: as ideias pedagógicas de Abílio César Borges, Barão de Macahubas. *História da Educação*. ASPHE, 07, 41-58.
- São Paulo. (1846). Lei N. 34, de 16 de março de 1846. Coleção da Legislação Paulista. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/lei%20n.34,%20de%2016.03.1846.pdf>.
- Teixeira, A. (1952). Um educador: Abílio Cesar Borges. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 18(47). Rio de Janeiro, 150-155.
- Valdez, D. (2006) *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856 - 1891)*. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- Valente, W. R. (Org.). (2021). *Dicionário dos Experts: matemática para o ensino e formação de professores* [s.n.]. São Paulo: GHEMAT-Brasil
- Valente, W. R. (2021). Os experts e os currículos de Matemática. *REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 9(3). <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/13033>.
- Valente, W. R. (2012), Tempos de Império: a trajetória da geometria como um saber escolar para o curso primário. *Revista Brasileira História da Educação*, Campinas, 12 (3(30)), 73-94.
- Vezzani, I. N. (2018). *Jornal Quinze de Novembro: forças educativas entre espaço de experiências e horizontes de expectativas*. (Curitiba, 1888-1890). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.